



MEMÓRIA E CINEMA: O MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA DE BAURU ATRAVÉS DO DOCUMENTÁRIO OCUPAR E RESISTIR (2016)

MEMORY AND CINEMA: THE BAURU HIGH SCHOOL STUDENT MOVEMENT THROUGH THE DOCUMENTARY OCCUPY AND RESIST (2016)

Vinícius Carvalho¹

RESUMO

O final de 2015 no Estado de São Paulo foi marcado pela mobilização estudantil secundarista que protestou contra a medida provisória (MP 746) proposta pelo governo estadual durante a gestão de Geraldo Alckmin. Em Bauru, 4 escolas estaduais integraram o movimento de ocupação que ocorreu entre novembro e dezembro daquele ano. O presente artigo se preocupa em construir uma leitura histórica das ocupações na cidade de Bauru através do documentário “Ocupar e Resistir: escolas ocupadas em Bauru”, que mostra relatos de diversos alunos sobre as memórias do movimento estudantil secundarista bauruense.

Palavras-chave: Ocupação, Movimento estudantil secundarista, Bauru, Documentário.

ABSTRACT

The end of 2015 in the state of São Paulo was marked by the student secondary mobilization that protested against the provisional measure (MP 746) proposed by the state government during Geraldo Alckmin's administration. In Bauru, 4 state schools were part of the occupation movement that took place between November and December of that year. This article is concerned with building a historical reading of the occupations in the city of Bauru through the documentary "Occupy and Resist: Occupied Schools in Bauru" which shows reports from several students about the memories of the Bauru secondary student movement.

Keywords: Occupation, Secondary School Movement, Bauru, Documentary.

¹ Graduando do 4º ano de curso de História pelo UNISAGRADO, Bauru-SP. Artigo realizado para as disciplinas de História Contemporânea e Metodologia de Pesquisa em História, sob a orientação da Profª Drª Lourdes M. C. Feitosa e do Profº Drº Roger M. M. Gomes. E-mail viinicarvalho@gmail.com



INTRODUÇÃO

Para melhorar o ambiente escolar e torna-lo mais propício para a aprendizagem, o governo do Estado de São Paulo publicou em setembro de 2015 uma medida provisória (MP 746) com um novo modelo de escola para o ensino público. A proposta consistia em melhorar a qualidade de ensino, capacitar o atendimento das demandas de cada etapa escolar e ampliar o número de unidades divididas pelos três ciclos de educação. Ao todo, 1.464 unidades estariam envolvidas na reconfiguração, 93 seriam fechadas e disponibilizadas para outras funções na área da educação, além de 311 mil alunos e 74 mil professores serem afetados diretamente pela mudança.

Apesar de começar a valer somente a partir do ano de 2016, a reorganização escolar da rede pública estadual paulista impulsionou um movimento de resistência composto majoritariamente por estudantes secundaristas, ocasionando as ocupações que se iniciaram em novembro daquele ano. As ocupações surgiram como um protesto em defesa do diálogo, uma vez que a educação é uma questão de política pública que, em tese, haveria de melhor ser discutida com a população. No projeto, as Diretorias de Ensinos ficariam responsáveis por matricular automaticamente os alunos remanejados e as escolas serviriam como plataforma para tirar dúvidas sobre a reestruturação, como ocorreu em 14 de novembro. Percebe-se assim, a falta de debate com a comunidade escolar na implementação do novo modelo de ensino.

A primeira escola a ser ocupada foi a Escola Estadual Diadema, no ABC paulista, seguida pela Escola Fernão Dias, em Pinheiros, Zona Oeste de São Paulo. Em Bauru, a Escola Estadual Stela Machado foi a primeira a aderir ao movimento. No total, mais de 200 escolas foram ocupadas no Estado, segundo o Sindicato dos Professores (Apeesp).

Um ano depois, em 27 de novembro de 2016, foi publicado no Youtube um documentário independente sobre o processo de ocupação contra a reorganização escolar nas escolas estaduais do município de Bauru. Intitulado “Ocupar e Resistir: escolas ocupadas em Bauru”, o documentário produzido por Tauan Mateus Gobbi Grossi procurou lembrar os acontecimentos de 2015 a partir de depoimentos de diversos alunos das quatro escolas que foram ocupadas na cidade, revivendo as memórias do movimento estudantil secundarista bauruense.



Partindo da apresentação feita por Lilia Moritz Schwarcz (2002, p. 5) na edição brasileira de “Apologia da História ou o ofício do historiador”, obra do francês Marc Bloch, entendemos que a História é a ciência dos homens no tempo. Assim, “cada época elenca novos temas que, no fundo, falam mais de suas próprias inquietações e convicções do que de tempos memoráveis, cuja lógica pode ser descoberta de uma vez só” (SCHWARCZ, apresentação, p.5).

Segundo Eduardo Victorio Morettin (2003, p. 130), “para Ferro, o cinema é um testemunho singular de seu tempo, pois está fora do controle de qualquer instância de produção, principalmente o Estado”. Nessa perspectiva, o documentário permite uma leitura cinematográfica da História. Para Marc Ferro (1992, p.19), “a leitura cinematográfica da história coloca para o historiador o problema de sua própria leitura do passado”. O cinema, que inicialmente era utilizado como instrumento do progresso científico, passa a trabalhar como agente da História através da tomada de consciência proporcionada pelas representações que buscam atingir a condição de que a sociedade não seja somente um objeto de análise, podendo encarregar-se de si mesma e tornar-se mais ativa na criação de uma consciência social.

Diante disso, como as ocupações em Bauru agregaram no protesto? Qual foi a contribuição deixada pelo movimento estudantil secundarista bauruense? O presente artigo preocupa-se em analisar a perspectiva apresentada pelos estudantes sobre o que consideram importante para melhorar a educação pública e identificar o legado que as ocupações deixaram no município através do documentário *Ocupar e Resistir: escolas ocupadas em Bauru*.

MANIFESTAÇÕES E ARTICULAÇÃO: O INÍCIO DAS OCUPAÇÕES

Apesar das primeiras ocupações terem começado em novembro, protestos contra as políticas implementadas pelo Estado de São Paulo na educação pública já ocorriam em diversas cidades do Estado desde março de 2015. O primeiro semestre foi marcado por uma greve de professores que durou mais de três meses e, de acordo com Apeoesp, foi a greve mais longa já registrada pelo sindicato. Os esforços não foram compensados e a greve foi encerrada sem que as reivindicações fossem atendidas, resultando apenas em grande desgaste e frustração para a categoria. A greve teve início após denúncias da Apeoesp sobre o fechamento de 3.323 salas



de aulas no Estado de São Paulo que teriam ocasionado a superlotação de classes e demissão de professores. A precarização do trabalho docente e os baixos salários também estavam em pauta nas reivindicações dos professores.

Nesse primeiro momento, os estudantes atuaram como apoiadores da causa, ficando ao lado dos professores durante o período de greve. Em setembro, com o anúncio da medida provisória que acarretaria em grandes mudanças no ensino da rede pública do Estado, os alunos tomaram frente das manifestações e protagonizaram uma mobilização social e política de resistência à implementação da reorganização escolar. Segundo Bianca Tavolari *et al* (2018, p. 294) “entre o final de setembro e início de novembro, foram realizadas ao menos 163 manifestações de rua pelos estudantes em mais de 60 cidades espalhadas por todo o estado”. De acordo com Ana Paula de Oliveira Corti *et al* (2016)

Depois de um mês de mobilizações de rua, abaixo-assinados, tentativas de diálogos com diretorias de ensino e com o governo, e sem obter resultados, os estudantes optaram por uma estratégia inusitada de ação direta que logo se espalhou por todo o estado. No final de 2015, foram contabilizadas mais de 200 escolas estaduais ocupadas (CORTI *et al*, 2016, p. 1161).

No artigo “O movimento de ocupação de escolas públicas e suas contribuições para a emancipação humana” as autoras Boutin e Flach (2017, p. 432) indicam que as ocupações foram inspiradas em manifestações ocorridas no Chile em 2006. Conhecida como “Revolta dos Pinguins”, a mobilização reuniu massivamente estudantes secundaristas a adotarem, como forma de pressão por suas demandas, a estratégia de ocupações em prédios escolares.

A forma de ação coletiva da ocupação já era historicamente utilizada por movimentos sociais rurais (camponeses que lutam pelo acesso à terra via reforma agrária), urbanos (trabalhadores sem-teto que lutam pelo direito à moradia) e estudantis (alunos do ensino superior que ocupavam suas universidades e reitorias). Mas, até aquele momento, não havia, no Brasil, precedente para uma mobilização de estudantes secundaristas que ocupasse suas próprias escolas públicas (TAVOLARI *et al*, 2018, p. 295).

No dicionário Michaelis (2020), a palavra ocupar está relacionada a invasão de determinados espaços e ocupação significa “ato ou efeito de ocupar ou de se apoderar de qualquer coisa”. É importante destacar a semântica dessas palavras, pois durante todo o



processo de ocupação as autoridades do Estado tentaram deslegitimar o movimento, tentando causar seu enfraquecimento através da despolitização dos estudantes. Assim, além da luta por uma educação de qualidade, as ocupações proporcionaram um debate jurídico sobre posse, propriedade e manifestação. Tavolari et al (2018, p. 292) discutem sobre as diferentes interpretações cabíveis para legitimar as ocupações e quais foram os artifícios utilizados pelo Poder Executivo para não seguir o Judiciário e justificar as desocupações diretas. O movimento de ocupações estava relacionado diretamente ao direito à livre manifestação, sendo as discussões de posse e propriedade secundárias.

Em Bauru, 4 unidades escolares aderiram ao movimento, sendo elas: Escola Estadual Stela Machado, Escola Estadual Professor Ayrton Busch, Escola Estadual Vereador Antônio Ferreira de Menezes e Escola Estadual Luís Castanho.

OCUPAR E RESISTIR: ESCOLAS OCUPADAS EM BAURU

O documentário *Ocupar e Resistir: Escola Ocupadas em Bauru* foi lançado em novembro de 2016 e está disponível no Youtube. O material foi dirigido, produzido e roteirizado pelo historiador Tauan Mateus Gobbi Grossi e as imagens foram gravadas por Ítalo Cardoso Pereira na Casa de Cultura Acesso Hip Hop Bauru-SP, localizada nas instalações do prédio da Estação Ferroviária de Bauru. O audiovisual possui 57:56 minutos de duração e já acumulou mais de 300 visualizações na plataforma do Youtube.

O documentário é construído através de depoimentos de 12 alunos das quatro escolas ocupadas em Bauru e se alicerça em vídeos e imagens dos alunos nas ocupações e de notícias circuladas no município sobre o movimento e as medidas propostas pelo governo do Estado. A montagem da produção é marcada em 8 tópicos de discussão: 1- As ocupações (0:51); 2- O dia de ocupar (8:30); 3- O cotidiano (13:36); 4- Desconstruindo papéis sociais (21:13); 5- Momentos difíceis (26:01); 6- O apoio (34:26); 7- Mais significativo (37:54); 8- Considerações finais (44:07). A edição do vídeo ficou por conta de Celso Petit.

O processo de ocupação de escolas ocorrido em 2015 na cidade de Bauru é o tema central do documentário e os relatos compartilhados pelos estudantes são totalmente de cunho pessoal. No primeiro tópico os alunos comentam sobre o que ocasionou as manifestações dos



secundaristas e os problemas no ensino público são trazidos à tona. É apontado que apesar de inúmeros atos realizados durante o ano na cidade, não houve em Bauru um debate com os alunos por parte das autoridades sobre as mudanças que seriam feitas e que as escolas públicas estavam cada vez mais sucateadas. Para os entrevistados essa argumentação é baseada na superlotação de classes, fechamento de salas de aulas, deslocamento de alunos, insuficiência de recursos materiais e humanos, falta de bibliotecas e laboratórios e que os cortes na educação feitos pelo governo não consideravam a realidade das escolas de periferia.

Na sequência, os alunos comentam sobre como ocorreu cada ocupação e como foram organizadas e distribuídas as tarefas de cada participante dentro das escolas. Para eles, a divisão de tarefas foi totalmente pensada de maneira que não contribuísse com estereótipos de gênero e que todas as decisões tomadas dentro das ocupações eram feitas de maneira coletiva a partir de assembleias. Os estudantes secundaristas também relembram os momentos de tensão que cada escola vivenciou em determinado momento de ocupação e aqui é enfatizado todos os problemas que foram enfrentados durante a permanência dos alunos em cada escola. Além de lidar com as decisões do Estado, foi preciso enfrentar os gestores e até mesmo o corpo docente de cada unidade escolar. Em todas as quatro escolas houve algum tipo de ataque ou invasão ocasionada por influência de pessoas contrárias a ocupação. Os relatos destacam a violência policial e a tentativa das escolas de colocarem as comunidades locais contra os estudantes.

Na E.E. Professor Ayrton Busch, alguns docentes percorreram o bairro para alertar a comunidade que a falta de aulas desencadeada pela ocupação poderia prejudicar o beneficiário do Bolsa Família. Na E.E. Vereador Antônio Ferreira de Menezes foi feito um abaixo-assinado para que os alunos deixassem o prédio e o argumento utilizado para garantir o apoio da comunidade na retirada dos alunos foi que estavam fazendo “uma zona” e utilizando drogas na escola. As redes sociais também foram utilizadas para colocar alunos contra alunos em diversas publicações contrárias ao movimento.

Em relação ao apoio recebido, é citado nos depoimentos a participação de professores, advogados, psicólogos, alunos e organizações políticas como CULT, Juntos e Apeoesp na garantia da segurança dos alunos que estavam nas escolas. O apoio também serviu para fortalecer os estudantes a resistirem as tentativas de reintegração de posse feita pela Diretoria de Ensino e a repressão por parte de conselheiros tutelares que rápido apareceram em cada



escola. Sobre isso, os alunos detalham o recebimento de cartas convocando os familiares a prestarem depoimentos no Conselho Tutelar sobre a participação de seus filhos nas ocupações. Os alunos destacam que fazem parte de uma geração de jovens com grande consciência crítica e com muito folego de lutar pela educação.

Apesar de ter sido uma experiência coletiva, as contribuições da ocupação moldaram individualmente cada pessoa que passou por ali e que o legado deixado por cada um é o exemplo de luta. Após 26 dias de ocupação, a demissão do secretário estadual de educação e com a baixa popularidade do governador Geraldo Alckmin, a reorganização escolar foi adiada. Para os alunos a vitória foi conquistada e a importância do estudante na frente das decisões feitas pela escola é fundamental para que a luta continue.

O documentário se encerra com diversas imagens tiradas pelos próprios alunos nas ocupações enquanto a música de Dani Black, Trono do Estudante, toca ao fundo. Os últimos depoimentos são sobre o papel que a ocupação teve na vida de alunos que não queriam saber de mais nada e como cada um amadureceu fazendo parte do movimento. A criação de laços, o desgaste, a convivência, a intimidade foram cruciais para que os alunos se sentissem importantes e revolucionários e isso é muito explorado na narrativa.

DISCUSSÃO

A respeito de como usar fontes fílmicas (cinematográficas), Marcos Napolitano defende a importância de analisar um filme como “conjunto de elementos convergentes ou não, que buscam encenar uma sociedade, seu presente ou seu passado, nem sempre com intenções políticas ou ideológicas explícitas” (NAPOLITANO, 2008, p. 276). É através dessa tensão que consiste a análise historiográfica. Para Rodrigo Luis dos Santos (2018, p. 162), existe um processo de construção e de escolha de elementos em uma obra que se baseia em acontecimentos históricos. No documentário todos os entrevistados são estudantes secundaristas que participaram das ocupações. Nenhum professor aparece nos depoimentos. Nenhum outro aluno é entrevistado. Nenhum membro da comunidade local participa. Podemos afirmar então que uma das escolhas feitas pelos idealizadores do audiovisual foi dar espaço exclusivamente para as experiências vivenciadas pelos alunos do movimento estudantil



secundarista e é o discurso proporcionado pelos estudantes que direciona o desenvolvimento do material. Vale ressaltar que não é possível ouvir em nenhum momento do documentário as indagações feitas pelo entrevistador, apenas as respostas dos entrevistados.

Outro aspecto relevante para a análise do documentário é o local onde ocorreram as filmagens. As gravações foram feitas na Casa de Acesso Cultura Hip Hop de Bauru e o plano de fundo das cenas são paredes grafitadas. Um dos discursos apresentados no vídeo é cultura de periferia presente nas escolas ocupadas e oficinas de capoeira, maracatu e até mesmo hip hop, realizadas pelos próprios alunos, remetem aos espaços onde são acolhidos fora do período escolar. Também aparecem no fundo das imagens parte da Estação Ferroviária de Bauru.

De acordo com os alunos, a imprensa local não divulgava o que estava acontecendo na capital paulista e foi através do Facebook que eles ficaram sabendo das ocupações. Para Corti *et al* (2016, p. 1167), “a articulação entre o espaço virtual e o espaço real foi fundamental para a circulação da informação, a difusão de atividades e o enfrentamento das ações de repressão”. Diante disso, compreendemos a importância das redes sociais para a articulação e mobilização do movimento estudantil.

Por mais que o movimento de ocupações tenha atingido todo o Estado de São Paulo, cada escola enfrentou uma adversidade e por mais coletiva que tenha sido a luta, cada escola buscou por uma resolução de problema diferente. É nessa linha de raciocínio que os alunos destacam sua autonomia diante do desenrolar das ocupações. O debate democrático foi o fator principal dentro das organizações internas e foi com base nas escolhas coletivas que os alunos conseguiram que o Judiciário suspendesse as decisões de reintegração de posse dos prédios ocupados. Para o Estado, os estudantes foram manipulados por sindicatos e partidos, questionando totalmente a autonomia dos alunos diante suas ações. No documentário é explícito que os alunos foram protagonistas das ocupações e essa memória é colocada em evidência durante o filme todo.

As ocupações em Bauru serviram como espaço de emancipação individual de cada sujeito que nele esteve inserido. Os discentes ficaram responsáveis por manter a escola funcionando sem a participação da gestão e dos docentes. Nessa perspectiva, foram inseridos saberes extracurriculares nas atividades realizadas pelos manifestantes. As atividades eram organizadas a partir do que cada aluno gostava e isso resultou em diversas oficinas, palestras



e atividades culturais que integraram a rotina dos estudantes. A limpeza, conservação do patrimônio escolar, alimentação e segurança dos alunos também era deliberada pela autogestão do movimento.

Em Bauru, o boicote ao Saresp foi um grande fator determinante para gerar tensões entre os estudantes e os demais membros da escola. A E.E. Stela Machado foi ocupada semanas antes da prova enquanto as demais foram ocupadas na semana de aplicação do exame. É interessante destacar que foi através do boicote ao Saresp que as ocupações saltaram de 116 para 176, com ápice em dezembro com 213 escolas ocupadas. Entretanto, as consequências da não realização da avaliação foi sentida pelos alunos na forma de repressão por parte da diretoria das escolas e para isso não houve respaldo coletivo: cada escola enfrentava individualmente sua gestão.

O documentário é simples e até mesmo amador, mas carrega grande carga emocional e compartilha experiências que serão utilizadas como exemplo para a próxima geração juvenil de estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ocupar e Resistir: escolas ocupadas em Bauru é um documentário que denuncia a precarização das escolas públicas do Estado de São Paulo. Em Bauru, os alunos relatam sua experiência referente as repressões que sofreram por defender um ensino de qualidade e, considerando Bauru como a maior cidade do centro-oeste paulista, um movimento grande como o de ocupação das escolas estaduais reflete diretamente nos interesses dos alunos do interior paulista que não aderem ao movimento apenas para somar em quantidade de escolas ocupadas, mas sim como uma oportunidade de reivindicarem maior participação nas decisões relacionadas à educação. A faixa etária dos alunos que ocuparam as escolas em Bauru varia de 15 a 17 anos, majoritariamente, e o desenvolvimento da cidadania no espaço escolar esteve presente durante todos os dias de ocupação. Um exemplo disso é o relato de que alunos desinteressados por estudar foram grandes linhas de frente do movimento, trazendo para debate o déficit presente no modelo educativo da atualidade que contribui com o desinteresse pelo estudo e a evasão escolar.



O legado que as ocupações em Bauru deixam é ligado diretamente à luta. Os alunos comentam a ocupação como um exemplo de luta, como um exemplo para os alunos mais novos, como um espaço revolucionário de pensar no coletivo, como uma oportunidade de o aluno ser ouvido e de fazer frente as tentativas de sucateamento da educação por parte do Poder Público.

O documentário proporciona uma análise rica sobre o contexto político, social e econômico do Brasil utilizando apenas depoimentos de alunos. A música que encerra a produção coloca em evidência a finalidade da produção: incentivar os jovens a participar com mais frequência nas decisões políticas do país e quando não forem ouvidos: ocupar e resistir.

FONTE

Ocupar e Resistir: escolas ocupadas em Bauru. Direção: Tauan Mateus Gobbi Grossi. Bauru: 2016. Link:

REFERÊNCIAS

BOUTIN, Aldimara Catarina Delabona Brito; FLACH, Simone de Fátima. O movimento de ocupação de escolas públicas e suas contribuições para a emancipação humana. **Inter-Ação**, Goiânia, n. 2, v. 42, p. 429-446, maio/ago. 2017.

CORTI, Ana Paula de Oliveira *et al.* Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 137, v. 37, p. 1159-1176, out.-dez., 2016.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. P. 13-143.

MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **Questões & Debates**, Curitiba, n. 8, p. 11-42, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contextto, 2008, p. 235-289.



SANTOS, Rodrigo Luis dos. Sob outras lentes: considerações sobre a construção narrativa e interpretações históricas através de documentários. **Revista Sociais & Humanas**, Rio Grande do Sul, n. 1, vol. 3, p. 155-167, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Apresentação para Apologia da História ou o ofício do historiador, de Marc Bloch**. Edição brasileira. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

TAVOLARI, Bianca; Et al. As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016). **Novos Estudos**, São Paulo, n. 2, v. 37, p. 291-310, mai.-ago., 2018.